



A NORMATIZAÇÃO DO GÊNERO NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE TRANSEXUAL

Adriana Sousa Silva

Universidade Federal de Campina Grande. E-mail: adriana.s.sousa@outlook.com

Resumo

Este artigo busca compreender como o avanço do discurso médico e as crenças do cristianismo, influenciaram de forma determinista a construção da identidade transexual entre os séculos XVIII e XIX e como este processo foi direcionado pela naturalização do sexo, ocasionando a estigmatização da diferença de gênero por meio de padrões normativos na diferenciação homem/mulher, sendo o fundamento desta divisão a padronização da normalidade que teve como resultado a distinção de características de gênero, ocasionando na identidade trans a sua patologização por não condizer com discursos normatizadores da sexualidade, resultando na impossibilidade do transexual exercer sua identidade no meio social.

Palavras-chaves: Transexualidade, Normatização, Identidade, Sexualidade, Gênero.

Introdução

A sexualidade e sua composição são de grande valia para os estudos que pretendem abranger a identidade de gênero, nesta perspectiva este trabalho se propõe a discutir as diversas interpretações históricas que ocorreram na sexualidade durante os séculos XVIII e XIX, trazendo a figura do hermafrodita no debate sobre a dualidade do sexo como o ser que irá remeter aos principais campos teóricos da sexualidade o biológico, social e moral. Procurando-se abranger a importância do contexto histórico a qual estava submetida às diferenças na sexualidade, e como se deram as condições para sua patologização.

O primeiro tópico deste trabalho procura debater como a idealização do sexo biológico foi direcionada a emergência de sua definição por discursos de poder, que necessitavam de classificações e divisões entre os sexos/gêneros para a inserção do indivíduo em papéis sociais que pudessem defini-los socialmente, fazendo uma reflexão de como a medicina com seu discurso de normalidade assim como o cristianismo durante o século XVIII contribuíram para uma teoria de naturalização do sexo.

Tendo esse contexto como fundamento teórico, o segundo tópico irá remeter como a identidade transexual foi submetida a padrões normativos de sua subjetividade devido a discursos do poder médico e como este processo contribuiu para a sua patologização por posicionamentos de normalidade principalmente durante o século XIX. A idealização do sexo biológico será discutida como o principal alicerce que fundamentou o direcionamento da



sexualidade sobre características e comportamento nas diferenças entre homem/mulher, sendo a transexualidade patologizada por teorias naturalizantes do sexo.

A emergência na definição do sexo.

O desenvolvimento da temática que envolve a definição do sexo é datado de séculos de discursões, que passaram por transformações sociais a partir dos vários posicionamentos sobre a composição da sexualidade, as variações destas composições se tornaram bastante complexa em sua compreensão, principalmente no que se refere aos diversos grupos que se inseriram no campo da sexualidade.

Durantes os séculos XVIII e XIX pregava-se a padronização de comportamentos e características identificadoras da feminilidade e masculinidade, baseando-se em leis religiosas e por meio do discurso médico. O poder normativo seja médico ou religioso, possuíam o poder sobre a definição e aceitação do sexo na sociedade, mediando à normatização da sexualidade a direcionamentos voltados principalmente a fatores biológicos, ou seja, eram os órgãos genitais que o indivíduo possuía que obrigatoriamente o remeteria ao relacionamento com o sexo oposto, sendo condicionado a características do sexo que detinha.

O controle sobre os desvios da sexualidade estavam cada vez mais determinados pelo discurso médico, a definição da anormalidade se estendia sobre tudo que fosse considerado desviante do modelo padrão a respeito da sexualidade humana. Desta forma, a definição do gênero estava interligada com o discurso médico, sendo necessário para uma normatização e principalmente para uma universalização que pudesse orientar a uma discursão padronizada sobre o gênero em uma dimensão biológica, social e moral (LEITE JR, 2011).

Assim, a união dos dois sexos parece ferir não apenas a hierarquia de uma ordem divina, mas principalmente a sociedade, que teme a desorganização de um mundo com papéis bem distintos e claramente delimitados, arriscado, pela proximidade perigosa entre os sexos, seus valores e lugares sociais, o retorno ao imaginado caos social, um mito tão estruturante e persistente como a idade do ouro primordial da qual os andróginos faziam parte (LEITE JR, 2011, p.39).

A definição do sexo nem sempre foi amplamente posta a aceitação de sua “normalidade”, podendo ser remetida esta colocação as crenças do período mitológico onde o deus Hermafrodito possuía os dois sexos sendo a definição de gênero ligada às construções culturais de cada período (LEITE JR, 2011). A categorização do gênero masculino/feminino, somente veio a se difundir com maior alcance e exposição a partir das transformações ocorridas na sociedade referente principalmente ao avanço do cristianismo e do poder médico, podendo ser observada a delimitação homem/ mulher como uma tentativa de padronização do



gênero no âmbito social e moral, situação está que somente poderia ser pensada em um mundo estruturado hierarquicamente.

A relação do corpo com as questões morais durante o século XVIII era amplamente relacionada ao dogmatismo da igreja, influenciando profundamente o pensamento do período de forma determinista sobre as questões da sexualidade, sendo colocada cada vez mais ênfase em comportamentos e regras no papel social que cada homem ou mulher iria exercer em detrimento do seu sexo.

A esta posição já plenamente desenvolvida sobre a divisão do sexo pode ser evidenciada como as diferenças na sexualidade, fossem elas morais ou qualquer outra forma de diferenciação que não fosse o já estabelecido socialmente, eram compreendidas como uma forma de perversão sexual. (LEITE JR, 2011) A oposição das características que não respondiam a uma delimitação do sexo pode ser observada durante o século XVIII de forma explicativa, por meio da necessidade da delimitação do sexo e da definição de monstruosidade a tudo o que não envolvesse a dualidade homem/mulher. As diferenças biológicas na sexualidade neste período seriam compreendidas com desconfiança como manifestações malignas ou castigos divinos por mau comportamento diante de Deus (LEITE JR, 2011).

Apesar de períodos históricos distintos, a problemática na diferenciação do sexo demonstra como foi sendo construída uma estigmatização aos indivíduos que não participavam do modelo de características de diferenciação entre homem/mulher. Desta forma, ao longo dos séculos a sexualidade e sua normalidade, serão resultantes da imposição que a igreja possuía sobre o homem neste período, onde o que não possuísse lugar nos padrões da lei do estado e da igreja em relação à sexualidade eram tidos como algo que transgrediria suas normas, sendo assim, não devendo existir e nem ao menos serem mencionadas sendo minimizadas ao silêncio de algo que não se deveria ter conhecimento (FOUCAULT, 2000).

A não aceitação do que era considerado fora do normal no século XVIII se dava em circunstâncias deterministas e excludentes, onde o que não estivesse dentro dos parâmetros biológicos do “normal” na sociedade seria caracterizado como monstruosidade respondendo a um discurso médico que cada vez mais ganhava poder, desta forma, os indivíduos que não pudessem conviver em sociedade por sua “anormalidade” eram retirados do ambiente social de forma excludente.

O hermafrodita será a figura no século XIX que irá ser lembrada como a ambiguidade na sexualidade, (FOUCAULT, 2011) sendo a sua condição a que mais se aproximar de uma



tentativa de compreensão sobre o transexual devido a sua participação no gênero homem/mulher.

O hermafrodita será que transgredia a lei da natureza e do estado, sendo submetido a desconfianças devido a sua condição biológica na posse dos dois sexos (FOUCAULT, 2011), porém, com o avanço médico sua condição passou a ser analisada como uma má formação do feto possuindo distintos motivos para seu acontecimento, com isto, a dualidade do sexo presente no hermafrodita e a aceitação de sua condição fisiológica pela medicina, fez com que fosse necessário o remeter a uma posição na sociedade, não mais fazendo referências as transgressões da lei da natureza, porém, seria preciso submetê-lo as leis jurídicas, onde:

Se fosse reconhecido como tal, pediam-lhe que escolhesse seu sexo, o que era dominante nele, que se comportasse em função do sexo que era assim determinado, que, em particular, se vestisse de acordo com ele; e era só se usasse o sexo anexo que, nesse momento, incorria nas leis penais e merecia ser condenado por sadoemia (FOUCAULT, 2011. p.57).

A figura do hermafrodita sairia do campo das transgressões da natureza para uma normatização e adequação de sua sexualidade, sendo caracterizado como homem ou mulher fazendo-se necessário deter a partir de então, a obrigação de possuir apenas um sexo diante da sociedade, devendo viver conforme a sua escolha perante as normas impostas pelo poder jurídico. O “direito” dado aos hermafroditas para a escolha do seu gênero demonstrava como a sociedade durante os séculos XVIII e XIX abordavam as questões sobre o sexo de formas contrárias. Com o avanço da medicina durante o século XIX se deu com ampla autoridade o poder do discurso médico sobre o limite entre o normal e a anormalidade, sendo a área jurídica influenciada por suas colocações (FOUCAULT, 2010).

A possibilidade de escolha do sexo nos hermafroditas não deixava sobreposta a opressão que os mesmos sofriam durante os séculos XVIII e XIX, causada principalmente devido a uma padronização de comportamento que acabava por ocasionar uma repressão dos indivíduos que estava nesta condição, sendo obrigado a escolher determinado gênero, não podendo afastar-se de suas características perante a sociedade.

A compressão da sexualidade/sexo segundo somente pode ser entendida por meio da repressão imposta a ela, demonstrando como a sexualidade e sua composição já nasceriam sendo colocadas como um tabu não podendo ser pensada sem o receio de sofrer punições (FOUCAULT, 2010), sendo assim, o próprio desenvolvimento da sexologia em limites da diferença homem/mulher contribuiu junto com a psiquiatria, para a patologização do que era considerado um desvio da normalidade.

A sexologia tomou a si duas tarefas distintas ao final do século XIX. Em primeiro lugar, tentou definir as características básicas do que constitui a masculinidade e a



feminilidade normais, vistas como características distintas dos homens e das mulheres biológicas. Em segundo lugar, ao catalogar a infinita variedade de práticas sexuais, ela produziu uma hierarquia na qual o anormal e o normal poderiam ser distinguidos. Para a maioria dos pioneiros, os dois empreendimentos estavam intimamente ligados: a escolha do objeto heterossexual estava estreitamente ligada ao intercurso genital. Outras atividades sexuais ou eram aceitas como prazeres preliminares ou eram condenadas como aberrações (BUTLER, 2000, p.45).

O discurso médico contribuiu fortemente para as crenças de anormalidades nas classificações dos gêneros, denominando de doenças psíquicas o que não se remetesse a uma adequação na definição homem/mulher, sendo considerada patologia a não aceitação do indivíduo ao sexo ao qual pertencia. (LEITE JR, 2011)

As imposições de padrões de normalidade na definição do gênero resultaram em uma patologização da homossexualidade, e dos demais “desvios” na sexualidade pela medicina, sendo o papel da sexualidade nos séculos que antecederam aos seus direitos, penalizada por sua condição e construída sobre o pilar da normalidade.

O discurso médico foi fundamental para a estigmatização da transexualidade e da travestilidade entre outras categorias, devido à crença de uma posição desviante dos padrões normativos, sendo sua construção marcada pela normatização de um sistema composto pela dualidade homem/mulher. A emergência em distinguir as diferenças entre os sexos demonstra como a sexualidade, foi posta a uma imposição de características e comportamentos pertencentes ao sexo biológico pelas diferentes formas de poder sobre qual recai o indivíduo, se submetendo a uma necessidade de resposta de papéis sociais do indivíduo na sociedade.

A dualidade do sexo na construção da identidade transexual.

A transexualidade aborda campos teóricos que remetem a um conflito entre mente e corpo na identidade de gênero, onde o transexual procura se identificar com o gênero que melhor o identifica na sociedade, esta procura por uma subjetividade que possa ser legitimada possui questionamentos de identificação, onde a sociedade necessita de uma definição do sexo no indivíduo para inseri-lo em papel sociais.

Os padrões que são definidos pela cultura em relação à identificação homem/ mulher se voltam para requisitos representativos do gênero, relacionando formas de comportamentos e roupas que possam caracterizar suas diferenças (LEITE JR, 2011). A roupa possui um papel importante nesse contexto por possuir sentido de representação no indivíduo no meio em que convive, possuindo a capacidade de identificação e diferenciação social sendo um dos fatores



responsáveis pela forma como a sociedade percebe o indivíduo, podendo ser exemplificada sua importância em todas as categorias do gênero entre elas a travesti.

A transexualidade será o contraponto a este padrão normativo de identificação que se remete apenas a fatores biológicos e a aspectos característicos da norma entre os limites homem/mulher. Desta forma, os transexuais reivindicam uma identidade de gênero que não possa ser limitada por imposições binárias homem/mulher já estabelecidos previamente.

A transexualidade e a travestilidade, por serem fenômenos que desafiam as convenções sociais, pautadas em ideais heteronormativos, tornam-se temas bastante complexos, envolvendo corpo, identidade e gênero. Sua complexidade atinge ainda as polêmicas e controvérsias acerca do seu campo político, em participações nos movimentos sociais; do conceitual, em binarismos, sexualidade, imagem corporal e identificação; e da nomenclatura adotada nos manuais de transtornos mentais como um transtorno de identidade de gênero. Essa nomenclatura reduz o tema ao aspecto patológico (SILVA, 2013, p.1).

Os estudos da teoria *Queer* abordam questionamentos mais amplos e subjetivos do que as teorias deterministas e patologizantes, que pretendem remeter a opção por um determinado gênero a um transtorno de identidade. Em divergência a esta posição, coloca-se ênfase na definição do gênero a partir de contextos subjetivos, demonstrando como as discursões sobre a sexualidade influenciaram de forma gradual, um amplo debate sobre a patologização das diferenças na sexualidade.

Neste contexto, a teoria *Queer* se distancia de outras teorias por questionar esta normatização do gênero, fazendo referência à própria construção da identidade nos temas que compõem a sexualidade, (LEITE JR, 2011) demonstrando como os conceitos já previamente postos pela sociedade encontram-se desconexos com termos que priorizem uma identidade construída a partir de subjetividades, possuindo uma crítica embasada em uma universalidade sobre o gênero/sexo em função de vertentes teóricas e construções sociais de naturalidade.

Esses estudos têm como objetivo a crítica a pressupostos universalizantes e naturalizados sobre “A mulher”, “O homem,” “O corpo”, “Sexo” e as dualidades sexo/gênero, masculino/feminino, ativo/passivo, homo/hetero e natureza/cultura, mostrando as fissuras e contradições destes padrões socialmente reguladores. Da mesma maneira, procuram questionar os essencialismos e os próprios conceitos de sujeitos e identidades como algo fixo e “interior”, alheios ao próprio processo histórico e discursivo que os constrói, além de criticar as vertentes que buscam a assimilação social através de valores normativos (LEITE JR, 2011, p. 132).

Desta forma, a construção da identidade transexual como de outras categorias trans passam por determinações biológicas que em formas classificatórias os retratam como homem/mulher, não podendo ser aceito termos que não se enquadrem nos padrões já postos pela cultura, remetendo o indivíduo a fatores biológicos para sua identificação, não tendo como base sua escolha individual no gênero que o identifica, sendo limitado apenas a um



sexo e sexualidade,. Desta forma, a transexualidade possui uma forte característica da dualidade homem/mulher em função do seu sexo biológico, (BUTHLER, 2000) aborda como este binarismo foi arbitrário e imposto ao sexo, contribuindo para demonstrar como a construção da identidade foi normatizada para corresponder a um processo de naturalização.

Considerações Finais

A imposição normativa do sexo, definido biologicamente até os dias atuais encontra-se em posição contrária a uma identidade que possa ser construída fora dos padrões culturais, que acabam por resultar em uma caracterização de limites entre os sexos. Desta forma, ainda sendo considerada em alguns países como uma patologia devido a discursos médicos reguladores, a categoria trans ainda necessitam legitimar uma construção de identidade na sociedade, que apesar de mudanças significativas encontra-se bastante limitada.

O gênero e sua delimitação restringiu de forma drástica a subjetividade que compõe a identidade, sendo a transexualidade patologizada devido a crenças e discursos médicos que foram construídos durante séculos e se desenvolveram culturalmente na sociedade, sendo os poucos direitos que são oferecidos às categorias trans minimizados pelo binarismo sexual.

A identidade transexual, assim como as demais categorias da sexualidade que remetem a uma dualidade do sexo, não obteve a possibilidade de um amplo desenvolvimento e aceitação de sua identidade, foram prejudicadas por teorias fundamentadas em uma natureza homem/mulher já definida. O transexual por não possuir um lugar nesse sistema binário, se compreende no contexto social a qual está inserido de forma restritiva e excludente em relação a sua identidade, sendo retraída sua identificação e subjetividade devido a discursos de normalidade.

Categorizar o gênero na transexualidade foi de grande valia para um amplo debate sobre o sexo/ gênero e sua composição, entretanto, a classificação destas categorias divididas por meio do referencial homem/mulher demonstram como essa identidade ainda se reflete em padrões binários do sexo, evidenciando a teoria que o indivíduo já nasceria com uma natureza determinadas para sua definição, sendo assim, o debate sobre o gênero continua a ocorrer mediante classificações taxonômicas de categorias baseando-se em padrões já previamente definidos. A construção da identidade trans, não pode e nem deve ser minimizada por discursos naturalizantes e normativos que coagem o indivíduo a viver com o sexo ao qual não se associa o que fez com que durante séculos, fossem inviabilizados de exercer sua identidade.



Referências

- ARÁN, Márcia. **A transexualidade e a gramática normativa do sistema sexo-gênero**. Ágora, Rio de Janeiro, v. IX n. 1 Jan/Jun., pp. 49-63, 2006.
- BERLATTO, Odir. **A construção da identidade social**. Revista do curso de Direito da FSG, Caxias do Sul, v. 3, n. 5, jan./jun., pp.141-152, 2009.
- FOUCAULT, Michel. **Os anormais**. 2. ed. São Paulo. Wmf, 2011.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade: A vontade de saber**. 13. ed. Rio de Janeiro. Graal, 1999.
- JESUS, Jaqueline G. de. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos**. Brasília, 2012.
- LIMA, Shirley A. M. de. **Sexualidades, corporalidades e transgêneros: narrativas fora da ordem**. Anais do VII Seminário Fazendo Gênero, 2006.
- _____. **Intersexo e identidade: história de um corpo reconstruído**. Dissertação de mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 103p, São Paulo, 2007.
- LEITE JR, JORGE. **Nossos corpos também mudam: a invenção das categorias “travesti” e “transexual” no discurso científico**. 1. ed. São Paulo. Fapesp, 2011.
- LOURO, Guacira L. (Org.). **O corpo educado: Pedagogias da sexualidade**. Traduções: Tomaz Tadeu da Silva. 2. ed. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2000.
- MACHADO, Paula S. **O sexo dos anjos: um olhar sobre a anatomia e a produção do sexo (como se fosse) natural**. Cadernos Pagu, v. 24, Jan/Jun., pp. 249-281, 2005.
- SILVA, Alexsander L. da; OLIVEIRA, Adélia A. S. de. **Transexualidade/travestilidade na literatura brasileira: sentidos e significados**. Arquivos Brasileiros de Psicologia: Rio de Janeiro, v. 65 n. 2, pp. 274-287, 2013.
- VIEIRA, Luciana L. F. **As múltiplas faces da homossexualidade na obra freudiana**. Revista Mal Estar e Subjetividade, Fortaleza, v.9, n.2, 2009.